

Executivo Texto que viabiliza pagamento de gastos sociais deve ser apresentado próxima semana

Equipe de Lula e relator do Orçamento fazem acordo por 'PEC da Transição'

Vandson Lima, Renan Truffi,
Raphael Di Cunto, Andrea Jubé e
Estevão Talar
De Brasília

Uma equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), capitaneada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), anunciou nesta quinta-feira, junto com o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), um acordo para que seja apresentada, na próxima semana, uma proposta de emenda à Constituição (PEC), denominada de "PEC da Transição", que irá excepcionalizar da regra do teto de gastos despesas adicionais consideradas "inadiáveis", como a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 mensais — para o qual serão necessários R\$ 52 bilhões.

Técnicos da Câmara e do Senado trabalham no texto que deve ser apresentado a Lula em São Paulo na segunda-feira, véspera da viagem do presidente eleito a Brasília. Há dúvidas em relação a por qual casa legislativa a PEC deve começar a tramitar e a indicação do relator deve ficar a cargo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ou do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Além da exceção para o auxílio, a PEC da Transição deve ainda tirar do teto R\$ 18 bilhões para o pagamento de R\$ 150 adicionais a famílias com crianças de até 6 anos; um montante suficiente para custear um reajuste do salário mínimo que leve em conta a média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos cinco anos anteriores, que ficaria entre 1,3% e 1,4%; verbas para a merenda escolar e a Far-



Alckmin: vice-presidente eleito diz que, para viabilizar Auxílio Brasil de R\$ 600, PEC precisa ser aprovada até 15 de dezembro

mácia Popular; retomada de obras paradas, além de até R\$ 14 bilhões necessários para completar o piso para a saúde. Os valores em si não devem constar na PEC, mas no projeto de lei orçamentária.

Segundo Alckmin, para viabilizar os R\$ 600 reais em janeiro, é preciso que o Congresso aprove a PEC até 15 de dezembro. Lula se reunirá com a equipe na segunda-feira e nova reunião com o relator do Orçamento está marcada para terça-feira. "Não se discutiu nenhum valor [para ficar fora do teto]. Esta é uma definição para a próxima semana. Há necessidade, para pagarmos auxílio de R\$ 600, de autorização até 15 de dezembro. Por isso, teremos essa PEC da transição. Vamos ter, na segunda,

reunião com o presidente Lula para definir os números", disse.

Relator, Castro disse que a peça orçamentária formulada pela gestão de Jair Bolsonaro tem várias deficiências. Todas as contas feitas por ele apontam a necessidade de um espaço fiscal de mais de R\$ 100 bilhões fora do teto de gastos. "Eles [equipe de Lula] ficaram com o compromisso de dizer quantos bilhões eles querem deixar fora do teto. O que é inadiável é o Bolsa Família [Auxílio Brasil]. Todas as contas que a gente faz dão valor superior a R\$ 100, mas pode ser R\$ 160 bilhões, R\$ 200 bilhões", explicou.

Castro defendeu que o governo precisa se concentrar naquilo que é "fundamental e inadiável" e que o restante deve aguardar a próxi-

ma peça orçamentária, a ser feita no ano de 2023, o primeiro da nova gestão. Será o caso, por exemplo, do reajuste da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para ganhos até R\$ 5 mil, que não foi discutida na reunião.

Segundo Alckmin, além do Auxílio Brasil, ao qual se referiu como Bolsa Família, já que o nome consagrado na gestão do PT será retomado, um dos objetivos é evitar que obras e serviços sejam interrompidos por falta de previsão orçamentária. "Também [temos a preocupação] de não ter interrupção de serviços e obras".

Nos cálculos de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, o impacto total das medidas

no radar do governo eleito ou que serão herdadas da gestão atual pode alcançar R\$ 360,8 bilhões.

As medidas são divididas pelo economista em duas partes. A primeira é formada pelas propostas que fazem parte da "Carta para o Brasil do Amanhã", divulgada na reta final do segundo turno por Lula. São elas: correção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com isenção para quem ganha até R\$ 5 mil (impacto de R\$ 122 bilhões); Auxílio Brasil em R\$ 600 (R\$ 52 bilhões); adicional de R\$ 150 para crianças com menos de seis anos (R\$ 16,2 bilhões); Programa de Aceleração do Crescimento (R\$ 50,3 bilhões); reajuste do salário mínimo (R\$ 1 bilhão). No segundo grupo, estão medidas ou gastos não previstos na carta: piso nacional de enfermagem (R\$ 16,3 bilhões); precatórios postergados (R\$ 54,4 bilhões); elevação adicional de salário dos servidores (R\$ 17,1 bilhões); compensação parcial do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados (R\$ 20 bilhões); recomposição de despesas correntes (R\$ 11,5 bilhões).

Mas Sbardelotto lembra que o impacto das propostas não se dará necessariamente de maneira igual ao longo do tempo. "A elevação relacionada à manutenção do Auxílio-Brasil em R\$ 600 deve ter impacto imediato, mas as demais medidas vão requerer regulamentação (como o adicional ao Auxílio-Brasil) ou devem ter um impacto inicial menor em função das limitações de execução das despesas, como o PAC", escreveu em nota para clientes.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 7